

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da BCBF Participações S.A., relativas aos exercícios de 2015 e 2014 de acordo com a Legislação vigente. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositado em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados. São Paulo, 30 de março de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
Circulante						Circulante					
Disponível		4.602	91	927.796	530.413	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		36.920	7.547	821.636	535.320
Realizável		74	89	18.284	10.436	Provisão de prêmio/contraprestação		-	-	492.540	349.279
Aplicações financeiras	5	4.528	2	909.512	519.977	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)	16b	-	-	39.539	20.846
Aplicações vinculadas à provisões técnicas		-	-	252.258	185.185	Provisão para remissão	16b	-	-	38.734	20.216
Aplicações não vinculadas		-	-	361.537	163.668	Provisão de eventos/sínistras a liquidar para SUS	16a	-	-	805	630
Creditos de operações com planos de assistência à saúde		-	-	89.005	56.863	Provisão de eventos/sínistras a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	16a	-	-	75.127	67.113
Contraprestações pecuniárias a receber		-	-	-	-	Provisão para eventos/sínistras não avisados (PEONA)	16a	-	-	242.643	153.089
Creditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	6	-	-	-	-	Débito de operações de assistência à saúde	16b	-	-	135.231	108.231
Despesas diferidas	7	-	-	39.336	24.406	Receita antecipada de contraprestações		-	-	8.306	2.160
Creditos tributários e previdenciários	8	4.528	2	26.256	43.227	Comercialização sobre operação		-	-	569	-
Bens e títulos a receber	10	-	-	100.393	39.567	Operadoras de planos de assistência à saúde		-	-	5	-
Despesas antecipadas	11	-	-	1.917	1.126	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		-	-	134	27
Não circulante		958.672	810.760	1.325.545	963.834	Débito com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		-	-	40	2
Reserva de longo prazo		118	117	701.555	726.726	Provisões de imposto de renda e contribuição social		-	-	1.742	25.764
Creditos tributários e previdenciários	8	-	-	2.389	-	Provisões para ações judiciais		-	-	-	-
Títulos e créditos a receber	9	-	-	537.140	584.476	Tributos e encargos sociais a recolher	17	-	1	78.565	46.565
Ativo fiscal diferido	19	-	-	139.962	132.474	Empréstimos e financiamentos a pagar	30	36.920	7.546	820	1.991
Depósitos judiciais e fiscais	9	-	-	22.064	9.776	Debêntures a pagar	18	-	-	70.714	7.547
Outros créditos a receber a longo prazo	12	118	117	-	52.200	Débitos diversos	30	36.920	7.546	168.909	101.987
Investimentos		958.554	810.643	-	52.200	Não circulante		368.347	395.277	873.698	550.900
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		958.361	810.643	-	-	Exigível a longo prazo		368.347	395.277	873.698	550.900
Participações societárias - Operadora de plano de assistência à saúde		193	-	-	-	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-	-	5.778	33
Outros investimentos		-	-	52.200	-	Provisão para remissão	16b	-	-	55	33
Imobilizado		-	340.884	156.717	29.124	Provisão de eventos/sínistras a liquidar para SUS	16a	-	-	5.723	-
Imóveis de uso próprio		-	-	155.615	28.706	Provisões para tributos diferidos	9	-	-	196.953	120.616
Imóveis de uso próprio - Hospitalares		-	-	1.314	418	Provisões para ações judiciais	19	-	-	37.293	19.568
Imóveis de uso próprio - Não hospitalares		-	-	76.344	44.933	Parcelamento de tributos e contribuições	19	-	-	159.660	101.048
Hospitalares		-	-	48.634	20.952	Empréstimos e financiamentos a pagar		-	-	11.675	10.358
Não hospitalares		-	-	27.710	23.974	Debêntures a pagar	30	368.347	395.277	636.725	395.277
Imobilizações em curso		-	-	42.098	13.708	Débitos diversos	18	-	-	20.028	24.616
Outras imobilizações		-	-	65.513	68.952	Patrimônio líquido	20	558.007	408.027	558.007	408.027
Hospitalares		-	-	62.351	67.267	Capital social		1.213.080	1.213.080	1.213.080	1.213.080
Não hospitalares		-	-	3.162	1.685	Reservas:		(655.073)	(780.234)	(655.073)	(780.234)
Intangível	15	-	-	283.106	28.191	Reservas de capital		(777.836)	(780.234)	(777.836)	(780.234)
						Reservas de lucros		6.138	(780.234)	6.138	6.138
						Prejuízo acumulado		116.627	-	116.627	-
								(24.819)	-	(24.819)	-
Total do ativo		963.274	810.851	2.253.341	1.494.247	Total do passivo e do patrimônio líquido		963.274	810.851	2.253.341	1.494.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		-	-	2.852.495	1.440.229
Contraprestações líquidas		-	-	2.932.474	1.469.868
Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da operadora		-	-	(231)	(150)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		-	-	(79.478)	(29.470)
Eventos indenizáveis líquidos	20	-	-	(2.089.835)	(1.165.902)
Eventos conhecidos ou avisados		-	-	(2.130.238)	(1.134.441)
Recuperação de eventos indenizáveis		-	-	24.169	(54.366)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		-	-	16.234	22.905
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		-	-	762.660	274.346
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		-	-	4.270	11.569
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		-	-	148.149	88.892
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		-	-	145.192	80.346
Outras receitas operacionais		-	-	2.957	8.546
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		-	-	(13.155)	(7.188)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde		-	-	(90.492)	(26.122)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		-	-	(90.929)	(2.739)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		-	-	(42)	-
Provisão para perdas sobre créditos		-	-	(358)	(23.383)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		-	-	(46.618)	(61.231)
Resultado bruto		-	-	764.814	284.858
Despesas de comercialização	23	-	-	(115.324)	(58.607)
Despesas administrativas	24	(4.016)	(1.709)	(385.815)	(203.963)
Resultado financeiro líquido		(62.480)	(33.875)	(3.212)	(23.436)
Receitas financeiras	25	62.422	41	83.273	40.844
Despesas financeiras	25	(2.522)	(33.916)	(86.485)	(64.280)
Resultado patrimonial		214.080	10.766	(840)	-
Resultado da equivalência patrimonial	13	213.893	10.766	-	-
Perda em investimentos		187	-	187	-
Receita patrimonial		-	-	102	-
Despesa patrimonial		-	-	(1.129)	-
Resultado antes dos impostos e participações		147.584	(24.818)	259.623	(5.740)
Imposto de renda	26	-	-	(26.030)	(13.344)
Contribuição social	26	-	-	(10.695)	(6.215)
Impostos diferidos	26	-	-	(74.504)	812
Participação sobre o lucro		-	-	(610)	(331)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		147.584	(24.818)	147.584	(24.818)
Quantidade de ações		1.213.080	1.213.080	1.213.080	1.213.080
Lucro (prejuízo) por ação - R\$		121,66	(20,46)	121,66	(20,46)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		147.584	(24.818)	147.584	(24.818)
Outros valores abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		147.584	(24.818)	147.584	(24.818)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Capital social		Reserva de capital		Reversas de lucros		Resultado do exercício	Total
		2015	2014	Legal	Retenção	2015	2014		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		992.874	-	-	-	-	-	(1)	992.872
Aumento de capital - AGE 21/05/2014		220.207	-	-	-	-	-	-	220.207
Cessão e transferência da Bain Capital		-	(365)	-	-	-	-	-	(365)
Incorporação reversa Bain Capital		-	(776.526)	-	-	-	-	-	(776.526)
Baixa ação PSBB2 e PSBB3 na incorporação da Bain Capital		-	(3.343)	-	-	-	-	-	(3.343)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(24.818)	(24,818)	(24,818)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.213.080	(780.234)	-	-	-	(24.819)	408.027	408.027
Varição resultado Notre Dame - Data-base com data incorporação		-	2.396	-	-	-	-	2.396	2.396
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	147.584	147.584	147.584
Destinação:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	6.138	-	-	(6.138)	-	-
Retenção de lucro		-	-	-	-	-	116.627	(116.627)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.213.080	(777.838)	6.138	-	-	116.627	-	558.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Operação

A BCBF Participações S.A. (doravante denominada por "Companhia" ou "BCBF") empresa controlada pela BCBH Participações S.A. ("BCBH"), com sede em São Paulo na Av. Paulista, nº 867 - Bairro Bela Vista, Estado de São Paulo, controladora das empresas do Grupo Notre Dame Intermédica composta pelas empresas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Interodonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda. ("Interodonto"), Santamária Saúde S.A., todas localizadas na Av. Paulista, nº 867 - São Paulo - SP Hospital Bosque da Saúde S.A., localizada na Avenida Bosque da Saúde, 1.922 - São Paulo - SP Hospital Montemagno S.A., localizada na Avenida Montemagno, 241 - Vila Formosa - São Paulo - SP Family Hospital S.S. Ltda, localizada na Rua João Santucci, 250 e 270 - Vila Luiza, Taboão da Serra - SP, Acqua Blue Transporte de Água Ltda - Epp, localizada na Rua Engenheiro Caetano Álvares, 4256 - Irmirém, São Paulo - SP e Acqua Magma Lavanderia Ltda - Epp, localizada na Rua Conceição Do Rio Verde, 55 - Vila Buenos Aires, São Paulo - SP. As controladas são entidades de capital fechado, reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tem por objetivos a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com o Poder Público e a aquisição de empresas públicas ou particulares e participações.

c) Aquisição das empresas do Grupo Notre Dame Intermédica

Em 21 de março de 2014, a Companhia ingressou na sociedade da Bain Capital Brazil Participações Ltda. ("Bain Capital Brazil"), sociedade empresária limitada cujo objeto social entre outros era a participação em outras sociedades, através de cessão e transferência da totalidade das quotas detidas pelos antigos controladores (Bain Capital Partners, LLC e BCTR, Inc.) para a Companhia. A partir desta data, a Companhia passou a deter 100% da participação societária da Bain Capital Brazil.

Em 21 de maio de 2014 os antigos controladores das Holdings PSBB2 Administração e Participações Ltda (PSBB2) e PSBB3 Administração e Participações Ltda (PSBB3), firmaram acordo de venda do controle acionário das Holdings e das empresas do Grupo Notre Dame Intermédica à Bain Capital Brazil. A partir desta data, a Bain Capital Brazil adquiriu 100% das quotas das Holdings (PSBB 2 e PSBB3) e assumiu o controle das empresas do Grupo Notre Dame Intermédica (Intermédica Sistema de Saúde S.A., Interodonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda. e Notre Dame Seguradora S.A.).

A mudança do controle acionário foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 21 de maio de 2014. A referida alteração foi submetida à apreciação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 22 de abril de 2014 e aprovada em 18 de junho de 2014, conforme Ofício nº 298/2014. Pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, foi aprovado e publicado no Diário Oficial da União em 28 de abril de 2014, conforme Ato de Concentração nº 463.

As contrapartidas transferidas aos antigos controladores, líquidas de ajustes previstos no acordo, estão demonstradas no quadro abaixo:

Valor pago em caixa	1.427.500
Valor financiado	454.155
(-) Ajuste ao valor presente do valor financiado	(246.474)
Valor total da transação	1.635.181
(-) Ajuste de capital de giro	(45.188)
Ativos excluídos (*)	32.560
(=) Contrapartidas transferidas	1.622.553

(*) Referem-se a determinados imóveis das Companhias "Intermédica" e "Notre Dame", onde até 3 de março de 2015 estavam vinculados com ativos garantidores das provisões técnicas nos termos da Resolução Normativa RN 227/2010, junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. De acordo com a cláusula 7.12 do contrato de compra e venda, tais imóveis não foram incluídos nas negociações e foram transferidos para os antigos controladores em 27 de agosto de 2015.

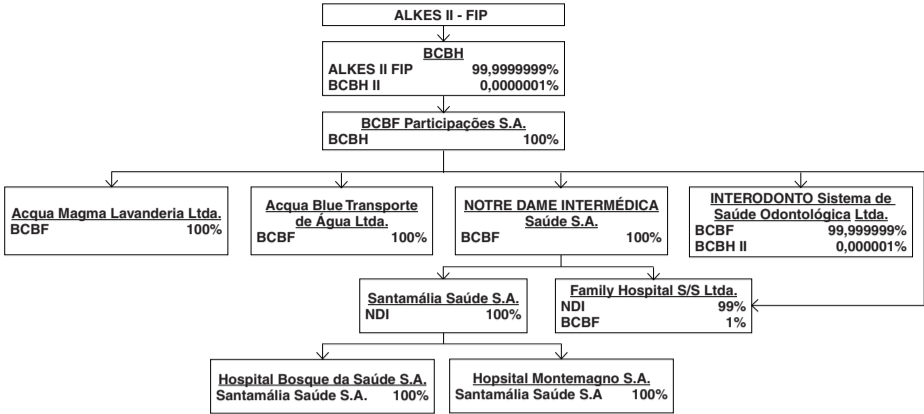
O valor contábil do total dos ativos líquidos adquiridos totalizou o montante de R\$ 332.939, gerando um excesso de contrapartidas transferidas no montante de R\$1.289.614.

A Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, à luz do ICPC 0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

g) Aquisição do Family Hospital S.S. Ltda.
Em 23 de dezembro de 2015, através de instrumento particular de compra e venda, a BCBF assumiu 1% e sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assumiu 99% das quotas do Family Hospital S.S. Ltda. (Family), localizado na Rua João Santucci, 250 e 270 - Vila Luzia, na cidade de Taboão da Serra - SP. O Family tem por objetivo a exploração das atividades de gestão de serviços inerentes a hospitais e ambulatórios, e assistência médica e hospitalar em geral. O laudo de avaliação foi elaborado por empresa independente apresentando ágio de R\$ 76.560 e mais valia de intangível e força de trabalho no montante de R\$ 19.307.

A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As demonstrações estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Operadoras de Saúde, tal procedimento está sendo adotado visando seguir o mesmo padrão de suas controladas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2016.

b) Base de consolidação

As controladas incluídas na consolidação, são as seguintes:

Participação Acionária	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	100,000000%	-	98,510000%	1,490000%
Interodonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda.	99,999999%	-	100,000000%	-
Santamália Saúde S.A.	-	100,000000%	-	-
Family Hospital S/S Ltda.	-	100,000000%	-	-
Hospital Bosque da Saúde S.A.	-	100,000000%	-	-
Hospital Montmagno S.A.	-	100,000000%	-	-
Acqua Magma Lavanderia Ltda.	100,000000%	-	-	-
Acqua Blue Transporte de Água Ltda.	100,000000%	-	-	-

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e foram utilizadas demonstrações encerradas nas mesmas datas-bases e consistentes com as práticas contábeis descritas anteriormente.

As controladas são consolidadas a partir da data em que esse controlado deixa de existir.

As práticas contábeis das controladas foram harmonizadas pela Companhia, quando necessário, para garantir a consistência no processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como das receitas e despesas das transações entre empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos das contas de investimento e correspondentes participações no capital, receitas e resultados acumulados entre as empresas consolidadas.

c) Reapresentação dos saldos de exercício anterior

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas para melhor comparabilidade, conforme disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros em virtude das reclassificações abaixo:

- Reclassificação das contraprestações antecipadas no valor de assistência à saúde em valores antecipados para recebimento de serviços subtraídos das contas de ativos e passivos nas rubricas "Contraprestações pecuniárias a receber" e "Normativa e contraprestações não financeiras" (PPCNG), respectivamente, não afetando o resultado e o patrimônio líquido da Companhia.

- Abertura de uma partida para o ativo imobilizado em curso, anteriormente classificado juntamente com "Outras imobilizações", diferente do modelo de publicação da ANS.

- Reclassificação de parte das "Contraprestações líquidas" classificadas anteriormente como "Receitas com operações de assistência odontológica".
- Reclassificação das "Outras receitas operacionais, classificadas anteriormente como receitas com operações de assistência médico-hospitalar".
- Reclassificação dos "(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora", classificados anteriormente como "(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde".
- Reclassificação das "Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde", classificadas anteriormente como Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora.
- Reclassificação das despesas com créditos inobreváveis, classificadas anteriormente como "Provisão para perda sobre créditos" e "Despesas administrativas" para a rubrica de "Outras despesas de operações de assistência à saúde".

Abaixo demonstramos as contas patrimoniais e de resultado originalmente apresentadas, em comparação às demonstrações financeiras reclassificadas:

Ativo	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldos Reapresentados	Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldos Reapresentados
Circulante	669.036	(138.623)	530.413	669.036	(138.623)	530.413
Contraprestações pecuniárias a receber	121.788	(64.925)	56.863	121.788	(64.925)	56.863
Créditos tributários e previdenciários	116.136	(73.698)	42.437	116.136	(73.698)	42.437
Realizável a longo prazo	653.028	73.698	726.726	653.028	73.698	726.726
Créditos tributários e previdenciários	510.778	(510.778)	-	510.778	(510.778)	-
Ativo fiscal diferido	-	584.476	584.476	-	584.476	584.476
Depósitos judiciais e fiscais	132.879	(405)	132.474	132.879	(405)	132.474
Outros créditos a receber a longo prazo	9.371	(405)	9.776	9.371	(405)	9.776
Imobilizado	156.717	-	156.717	156.717	-	156.717
Imobilizações em curso	1.826	11.882	13.708	1.826	11.882	13.708
Outras imobilizações	80.834	(11.882)	68.952	80.834	(11.882)	68.952
Hospitais	75.813	(8.546)	67.267	75.813	(8.546)	67.267
Não hospitais	5.021	(3.336)	1.685	5.021	(3.336)	1.685
Passivo	600.245	(64.925)	535.320	600.245	(64.925)	535.320
Circulante	414.204	(64.925)	349.279	414.204	(64.925)	349.279
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	85.141	(64.925)	20.216	85.141	(64.925)	20.216
Provisão de prêmio de contratação não ganha (PPCNG)	-	-	-	-	-	-
Demonstração do resultado	274.327	19	274.346	274.327	19	274.346
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	1.440.229	19	1.440.248	1.440.229	19	1.440.248
Contribuições líquidas	1.469.833	35	1.469.868	1.469.833	35	1.469.868
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(29.454)	(16)	(29.470)	(29.454)	(16)	(29.470)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	274.327	19	274.346	274.327	19	274.346
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	88.927	(35)	88.892	88.927	(35)	88.892
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	88.927	(8.591)	80.336	88.927	(8.591)	80.336
Outras receitas operacionais	-	8.546	8.546	-	8.546	8.546
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(7.204)	16	(7.188)	(7.204)	16	(7.188)
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde	(23.703)	(2.419)	(26.122)	(23.703)	(2.419)	(26.122)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	-	(2.739)	(2.739)	-	(2.739)	(2.739)
Provisão para perdas sobre créditos	(23.703)	320	(23.383)	(23.703)	320	(23.383)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(61.354)	123	(61.231)	(61.354)	123	(61.231)
Resultado bruto	282.562	296	282.858	282.562	296	282.858
Despesas administrativas	(206.259)	2.296	(203.963)	(206.259)	2.296	(203.963)

As alterações permitidas que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, *joint ventures* e participações em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas são obrigadas a aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaborem demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

f) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidações das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros (avaliados pelo valor justo);
- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

h) Continuidade

A Administração considera que a Companhia e suas Controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de operar, o que, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidações das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros (avaliados pelo valor justo);
- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

h) Continuidade

A Administração considera que a Companhia e suas Controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de operar, o que, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidações das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros (avaliados pelo valor justo);
- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

h) Continuidade

A Administração considera que a Companhia e suas Controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de operar, o que, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidações das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros (avaliados pelo valor justo);
- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

h) Continuidade

A Administração considera que a Companhia e suas Controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de operar, o que, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidações das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros (avaliados pelo valor justo);
- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

h) Continuidade

A Administração considera que a Companhia e suas Controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de operar, o que, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Utilização de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidações das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Ativos financeiros disponíveis para venda", sendo classificado integralmente na categoria de "Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado".

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se:

- For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo;
- For reconhecido inicialmente em uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Administração em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo;
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica "Resultado financeiro", nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

iii. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5.c.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados nas condições de mercado.

d) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes.

e) Provisão para perdas sobre créditos

A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e/ou adesão), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 322/2013 da ANS.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo, acrescido do ajuste resultante de reavaliação dos imóveis até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a Administração da controlada Notre Dame Intermédica S.A. decidiu manter os saldos existentes na reserva de reavaliação até a data da sua efetiva realização. A controladora Notre Dame Intermédica S.A. efetuou a baixa de seus ativos em 30 de setembro de 2015, o saldo da reserva de reavaliação originário destes ativos, também foram baixados. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a expectativa da vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

O intangível é representado principalmente por ágio pago nas aquisições de investimentos (participações em controladas já incorporadas) e gastos com desenvolvimento de sistemas. A amortização do ágio foi efetuada até 31 de dezembro de 2008. A partir do exercício de 2009, a amortização contábil do ágio referente à rentabilidade das empresas adquiridas fundamentada na geração de lucros futuros não é mais permitida, passando a avaliação do saldo a ser feita pelo teste de recuperabilidade (*impairment*). Os demais intangíveis com vida útil econômica são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de restituir o provisor para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

Desde esse contexto, o imobilizado, o intangível e outros ativos não financeiros foram revisados no exercício de 2014 para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Administração da controlada Interodonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda. considerou em 31 de dezembro de 2015, conforme laudo emitido por empresa independente, o registro de *impairment* do ativo intangível, para a Companhia, e demais controladas não foi necessária a contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros.

i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Vencimentos		Vencimentos	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	1.127.228	166.286	179.014	189.015
Certificado Depósitos Bancários - CDB (ii)	2.1.267	69.520	70.787	34.739
Debêntures pós-fixada (iii)	1.39.604	24.924	64.528	123.992
Fundo de renda fixa (iv)	2.4.241	293.257	297.498	297.498
Outros títulos de renda fixa	2	-	1.968	1.100
Total	57.840	553.987	1.968	613.795

(i) Os títulos públicos federais foram controlabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
(ii) Emissores: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, HSBC, Banco Itaú e Banco Santander.
(iii) Operações compromissadas lastreadas com debêntures com os seguintes emissores: Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco do Brasil.
(iv) Os fundos são administrados pelo Itaú Asset Management e Bradesco Asset Management.
As aplicações têm remuneração diária vinculada à taxa dos CDBs com vencimentos variáveis até março de 2021. Essas aplicações estão classificadas no ativo circulante, independentemente de seu vencimento em virtude de estarem relacionadas à categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

6. CONTAS A RECEBER
Em 31 de dezembro de 2015, a composição de contas a receber de clientes está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	149.889	105.778
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(80.884)	(48.915)
Saldo no final do período	69.005	56.863

Os valores com vencimento acima de 60 dias para as pessoas físicas e de 90 dias para pessoas jurídicas e que não estejam provisionados para perda estão alocados em depósitos para garantia ou são decorrentes de valores de glosas de prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais.

7. DESPESAS DIFERIDAS
Em 31 de dezembro de 2015, os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	2015	2014
Contribuições	6.566	-
(-) Amortização	(631)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.935	64.957
(-) Amortização	(32.082)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.510	38.510

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS
Em 31 de dezembro de 2015, os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	2015	2014
Contribuições	6.566	-
(-) Amortização	(631)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.935	64.957
(-) Amortização	(32.082)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.510	38.510

9. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	2015	2014
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:	-	-
Imposto de renda	-	7.405
Contribuição social sobre o lucro	-	2.790
Provisão para comissões	153	-
Contingências fiscais	13.770	10.542
Contingências trabalhistas	21.859	17.791
Provisão para perdas sobre crédito (PCLD)	4.321	4.373
Prejuízo fiscal e perda negativa	18.981	19.197
Provisão de eventos do SUS	988	1.931
Crédito fiscal de ação apurada na incorporação	22.199	109.222
Outras adições	43.853	58.221
Ativo fiscal diferido	527.507	584.476

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2015	2014
Depósito judicial ISS - SP (a)	36.132	18.791
Estoque (b)	23.177	14.250
Adiantamento a funcionários	3.820	1.634
Adiantamento de comissões	4.496	2.374
Adiantamento a fornecedores	25.444	2.062
Outros títulos a receber	8.219	456
Provisão para perdas	(895)	-
Total	100.393	39.567

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	2015	2014
Prêmios de seguros	9.522	6.354
Manutenção de softwares a amortizar	10.175	6.076
Despesas administrativas a amortizar (*)	524	406
(*) Refere-se substancialmente a despesas com prestação de serviços pagas no período a decorrer.	393	241
Total	20.028	24.616

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

	2015	2014
Contas a receber de planos de saúde - depósito judicial	10.777	7.823
Depósitos caução	610	343
Crédito a receber (a)	9.366	1.496
Boleto judicial	1.311	114
Boleto judicial	22.064	9.276
(a) No Controlador o crédito a receber é de R\$ 118 em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - nota explicativa 27.	-	-

13. INVESTIMENTOS
a) Participações societárias

	2015	2014
Capital social	621.910	84.323
Patrimônio líquido	100.849	134.039
Resultado do período	60.0	163
Quantidade de Ações/Quotas	458.241.495	181.519
Percentual de participação	100,00%	100,00%
Dividendos e Juros sobre Capital Pagos no exercício de 2015	(54.345)	180.916
Resultado de equivalência patrimonial	23.190	14.284
Investimentos	(2.17)	-
Total	(68.700)	213.896

14. IMOBILIZADO

	2015	2014
Terrenos em imóveis	29.124	71
Veículos	23.945	59
Instalações	-	352
Máquinas e equipamentos	6.470	2.113
Móveis e utensílios	1.103	275
Equipamentos de computação	127	1.857
Total de uso próprio	45.669	20.065
Imobilizações em curso	11.697	-
Outras imobilizações	-	-
Total	57.366	20.065

15. INTANGÍVEL

	2015	2014
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	19.224	71
Reavaliação	23.945	59
Saldo residual adquirido (Grupo Santamália)	-	352
Transferência	19.982	-
Atribuição de valor justo	48.556	-
Aquisições e baixas	36.200	23
Depreciações	(878)	(57)
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	156.929	635
Custo de aquisição	206.766	1.931
Depreciações acumuladas	(49.837)	(1.296)
Valor residual em 31 de dezembro de 2014	156.929	635
Taxa anual de depreciação (%)	4%	20%

16. PROVISÕES TÉCNICAS
a) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldo adquirido em 21 de maio de 2014	190.343	-
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	1.890.597	23.095
Co-participação	20.216	-
Gastos com rede própria classificada em eventos	(422.744)	(45.854)
Reversões	(45.854)	-
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(1.415.235)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	220.202	23.117
Saldo adquirido (Grupo Santamália)	23.117	-
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	2.130.238	30.984
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosas - Partes relacionadas	30.984	-
Co-participação	(24.169)	-
Gastos com rede própria classificada em eventos	(486.332)	-
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(1.570.547)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	323.493	323.493

17. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2015	2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	412	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	207	-
Imposto Sobre Serviços (ISS)	40.717	22.228
Contribuição previdenciária	9.360	7.346
FGTS	3.069	2.174
PIS e COFINS	7.080	3.258
Contribuições sindicais e assistenciais	625	53
Parcelamento de tributos e contribuições	262	-
Outros	1.583	707
Impostos devidos a recolher	63.415	37.767
Imposto de renda - Funcionários	4.419	3.623
Imposto de renda - Terceiros	1.812	1.400
Imposto sobre serviços	2.633	2.716
Contribuição previdenciária retida	609	-
Retenção PIS/COFINS/CSLL	3.619	-
Contribuições	-	1.025
Outros impostos retidos	2.058	34
Impostos retidos a recolher	15.150	8.798
Tributos e encargos a recolher	78.565	46.565

18. DÉBITOS DIVERSOS

	2015	2014
Obrigações trabalhistas	90.082	44.331
Fornecedores	53.574	26.257
Depósito de terceiros	3.041	6.279
Rateio corporativo	5.550	-
Recebimento antecipado cliente	8.160	21.491
Débitos diversos	8.502	3.629
Total circulante	168.909	101.987
Obrigações contratuais (a)	16.797	21.420
Outros	3.231	3.196
Total não circulante	20.028	24.616
Total	188.937	126.603

19. PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS A JUROS E FISCALIS
Durante o curso normal de seus negócios, as empresas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável:

	2015	2014
Provisões para ações judiciais	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2014
Reclamações	15.403	15.403
Saldos aduq. r/c	7.829	8.271
Princpal/ reversão	6.071	5.064
Paga-mentos	(61)	(61)
Atual-ização	1.523	1.523
de 2015	39.456	19.616
de 2014	39.080	38.421

20. PARTES RELACIONADAS
As partes relacionadas da Companhia são partes relacionadas com a controladora BCBF Participações S.A. e as suas controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda., ALKES II - FIP e seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave do BCBF Participações S.A. e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As transações com as empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia mantém R\$ 118 em créditos a receber proveniente de mútuo com a BCBF Participações S.A. em condições normais em relação ao mercado. Em 31 de dezembro de 2015 a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui montante de R\$ 16.357 a receber da BCBF Participações S.A.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e empresas controladas não possuem posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

22. PARTES RELACIONADAS
As partes relacionadas da Companhia são partes relacionadas com a controladora BCBF Participações S.A. e as suas controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda., ALKES II - FIP e seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave do BCBF Participações S.A. e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As transações com as empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia mantém R\$ 118 em créditos a receber proveniente de mútuo com a BCBF Participações S.A. em condições normais em relação ao mercado. Em 31 de dezembro de 2015 a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui montante de R\$ 16.357 a receber da BCBF Participações S.A.

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2015	2014
Resultados com aplicações financeiras (*)	42	60.060
Juros recebidos	-	8.673
Variação monetária	-	823
Avaliações monetária de depósitos judiciais	-	7.071
Ajuste a valor presente	-	196
Outras receitas	42	41
Total	42	63.250
Despesas com aplicações financeiras (*)	(62.522)	(69.931)
Variação monetária de depósitos judiciais	-	(9.701)
Tarifas bancárias	-	(2.529)
Descontos concedidos	-	(415)
Multas	-	(1.896)
Outras despesas	-	(33.916)
Total	(62.522)	(118.973)
Resultado financeiro líquido	(62.480)	(62.480)

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Pessoal	-	(31)
Serviços de terceiros	(1.196)	(1.641)
Localização e funcionamento	-	(22.170)
Tributos	(2.788)	(12.414)
Publicidade e propaganda	-	(9.985)
Provisão (reversão) para contingências	-	(1.536)
Depreciação e amortização	-	(10.374)
Outras	(32)	(37)
Total	(4.016)	(1.709)

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2015	2014
Resultados com aplicações financeiras (*)	42	60.060
Juros recebidos	-	8.673
Variação monetária	-	823
Avaliações monetária de depósitos judiciais	-	7.071
Ajuste a valor presente	-	196
Outras receitas	42	41
Total	42	63.250
Despesas com aplicações financeiras (*)	(62.522)	(69.931)
Variação monetária de depósitos judiciais	-	(9.701)
Tarifas bancárias	-	(2.529)
Descontos concedidos	-	(415)
Multas	-	(1.896)
Outras despesas	-	(33.916)
Total	(62.522)	(118.973)
Resultado financeiro líquido	(62.480)	(62.480)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO
A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	2015	2014
Imposto de renda	256.080	256.080
Contribuição social	(5.740)	(5.740)
Resultado antes dos tributos e após participações	-	-
Juros sobre capital próprio	-	(7.667)
Adições (exclusões) permanentes - Controladas	38.797	38.702
Adições (exclusões) - Amortização ágio	(216.661)	(216.661)
Adições (exclusões) temporárias - Controladora	33.889	33.889
Ajuste - Prejuízo fiscal - Controladas	40.421	40.421
Ajuste - Lucro presumido	(295)	174
Total	152.526	152.526
Tributos antes das deduções	(26.030)	(10.695)
Incentivos fiscais	1.379	-
Impostos correntes	(26.030)	(10.695)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(51.802)	(19.969)
Total	(77.832)	(30.664)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e empresas controladas não possuem posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

28. PARTES RELACIONADAS
As partes relacionadas da Companhia são partes relacionadas com a controladora BCBF Participações S.A. e as suas controladas Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda., ALKES II - FIP e seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave do BCBF Participações S.A. e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As transações com as empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia mantém R\$ 118 em créditos a receber proveniente de mútuo com a BCBF Participações S.A. em condições normais em relação ao mercado. Em 31 de dezembro de 2015 a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui montante de R\$ 16.357 a receber da BCBF Participações S.A.

29. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS
Em 31 de dezembro de 2015, os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	2015	2014
Contribuições	6.566	-
(-) Amortização	(631)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.935	64.957
(-) Amortização	(32.082)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.510	38.510

BCBF Participações S.A.

CNPJ nº 19.276.528/0001-16



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

30. DEBÊNTURES

A Companhia captou em 22 de abril de 2014, o montante de R\$ 400.000, através de emissão de 400 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, emitidas em 5 de maio de 2014, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 6 anos, sendo 2 anos de carência e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 2,75% ao ano.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão nos meses de maio e novembro sendo o primeiro pagamento devido em 5 de novembro de 2014, e o último na data de vencimento em 5 de maio de 2020.

A Companhia desembolsou com recursos próprios R\$6.505 a título de custos de transação em favor das instituições financeiras. Os custos de transação inicialmente foram reconhecidos na rubrica "Debêntures a pagar", redutora do passivo circulante e não circulante e estão sendo amortizados de acordo com o prazo do contrato. Em 31 de dezembro de 2015 o valor amortizado é de R\$ 927.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada) captou em 9 de novembro de 2015, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de refinanciamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro. O prazo total da emissão é de 6 anos contados da data de emissão, sendo pagamentos semestrais a partir do 12º mês a contar da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 9 de novembro de 2016, e o último na data de vencimento em 9 de novembro de 2021. O custo de captação total foi de R\$ 5.362.

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Controlada	Consolidado	Circulante	Não circulante
Captação em 22/04/2014	400.000	-	400.000		
Juros creditados em 2014	33.916	-	33.916		
Juros pagos	(25.300)	-	(25.300)		
Custo de transação	(6.505)	-	(6.505)		
Apropriação dos custos	712	-	712		
Saldo em 31/12/2014	402.823	-	402.823	7.546	395.277
Captação em 9/11/2015	-	300.000	300.000		
Juros Creditados em 2015	62.521	7.409	69.930		
Custo de transação	-	(5.362)	(5.362)		
Apropriação dos custos	1.071	125	1.196		
Juros pagos	(61.148)	-	(61.148)		
Saldo em 31/12/2015	405.267	302.172	707.439	70.714	636.725

Os montantes brutos de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	31 de dezembro de 2015
2016	55.270
2017	98.540
2018	114.540
2019	126.540
2020	250.540
2021	54.570
	700.000

As debêntures possuem "Covenants" financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada encontravam-se adimplente com os "Covenants".

Garantias

A Companhia ofereceu garantias para as debêntures por meio de alienação fiduciária de 100% das quotas/ações das empresas: Intermédica Sistema de Saúde S.A., Notre Dame Seguradora S.A. (incorporada na Intermédica em 31 de março de 2015) e Interodonto Sistema odontológico Ltda. conforme item III cláusula 2 do instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

Resgate antecipado

Resgate Antecipado Facultativo: sujeita ao cumprimento das condições e provisões estabelecidas abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Integralização

e mediante aviso prévio enviado aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Banco Liquidante, à CETIP e ao Escriturador Mandatário, nos termos desta Escritura de Emissão, com 10 dias úteis de antecedência da data do evento, realizar o resgate antecipado ("Resgate antecipado") da totalidade ou de parte do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das debêntures em circulação (o valor de tal resgate doravante denominado "Valor de Resgate"), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada "pro rata temporis" desde a data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o resgate antecipado, acrescido de prêmio incidente sobre o saldo do valor Nominal Unitário das debêntures resgatadas ("Prêmio pelo Resgate Antecipado").

Vencimento antecipado

O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes dessa Escritura de Emissão de Debêntures e exigir o imediato pagamento pela emissora do saldo do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, calculada "pro rata temporis", desde a data de emissão ou a data de vencimento do último período de capitalização, ou seja, a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência, entre outras, das seguintes hipóteses:

- Antes de uma reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da emissora e/ou de sua(s) controladora(s), inclusive Oferta Pública de Ações), se os atuais acionistas não mantiverem o controle da emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 50% mais uma ação com o direito a voto da emissora; e depois de uma reorganização societária, se qualquer terceiro obtiver o controle da emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de, pelo menos, 35% das ações com o direito a voto da emissora e, cumulativamente, os atuais acionistas deixarem de exercer o controle da emissora.
- Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados às debêntures, os quais, caso não sejam cumpridos, podem acarretar a liquidação antecipada. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas cumpriram com os limites requeridos.

31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Demonstrações dos fluxos de caixa - transação que não envolve caixa ou equivalente de caixa

Em 23 de dezembro de 2015 a Operadora assinou "Instrumento particular de compromisso de compra e venda de imóvel" no montante de R\$200, reconhecendo em seu balanço no grupo de conta "Imóveis de uso próprio - hospitalar" com partida na conta "Débitos diversos - Obrigações contratuais a pagar".

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração contratou durante o 1º trimestre de 2016, empresa especializada para emissão de laudo de avaliação dos patrimônios líquidos das seguintes empresas: Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda. e Grupo Santamária, para avaliação dos acionistas, uma vez que as mesmas serão incorporadas pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A., após cumprido todos os quesitos regulatórios.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da BCBF Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BCBF Participações S.A. ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da BCBF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Ênfase

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2c, certas informações correspondentes ao balanço

CONTADOR: Josué Laurentino da Silva - CRC 1SP 25662/O-0

patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as notas explicativas, foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2c e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Realização de créditos tributários

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, as empresas controladas registraram créditos tributários diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social no valor total R\$ 433.853 mil, com base em estudo de projeção de lucros tributáveis futuros aprovado pela Administração. A realização desses créditos tributários diferidos ativos no período estimado depende da materialização das projeções e do plano de negócios aprovados pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 30 de março de 2016.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Grégory Gobetti
Contador CRC-1PR039144/O-8